



**Ministério da Justiça e Segurança Pública**  
**Secretaria Nacional de Políticas Penais**  
**Diretoria de Políticas Penitenciárias**  
**Coordenação-Geral de Cidadania e Alternativas Penais**  
**Coordenação Nacional de Trabalho**

**MINUTA PLANO ESTADUAL DE TRABALHO NO SISTEMA PENAL**  
**(Vigência 2024-2026)**

**Brasília/DF**  
**2024**



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**  
**INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO AMAPÁ**

**PLANO ESTADUAL DE TRABALHO NO SISTEMA PENAL**  
**(Vigência 2024-2026)**

**Macapá/AP**

**Julho - 2024**

**IDENTIFICAÇÃO**

**GESTÃO:**

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ.**

**CNPJ: 00.394.577/0001-25**

**Endereço:** Palácio do Setentrião – Rua General Rondon, 259, Centro - 68908-908

**Telefone: (96) 2101-8404**

**Nome do Responsável: Clécio Luís Vilhena Vieira**

**Cargo:** Governador do Estado

**ÓRGÃO EXECUTOR:**

**INTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO AMAPÁ**

**CNPJ: 04.615.070/0001-15**

**Endereço:** Rodovia Duque de Caxias, Km 07, Cabralzinho

**Email:** [gabinete@iapen.gov.br](mailto:gabinete@iapen.gov.br)

**Telefones: (96) 3261-2700 / 98110-6613**

**Nome do Responsável: Luiz Carlos Gomes Junior**

**Cargo:** Diretor-Presidente

**COORDENADORIA DE TRATAMENTO PENAL**

**Nome: Henrique Cardoso Lemos**

**Cargo:** Educador Penitenciário Nível Superior - PEDAGOGO

**Função: Coordenadoria Tratamento Penal**

**Local de lotação:** Coordenadoria de Tratamento Penal

**Email:** [cotrap@iapen.ap.gov.br](mailto:cotrap@iapen.ap.gov.br)

**Telefone:** (96) 981130508

**GESTOR ESTADUAL DA POLÍTICA DE TRABALHO**

**Nome: Gabriel de Carvalho Silva**

**Cargo:** Policial Penal

**Função: Chefe da Unidade de Trabalho e Produção**

**Local de lotação:** Coordenadoria de Tratamento Penal

**Email:** [unitrap@iapen.ap.gov.br](mailto:unitrap@iapen.ap.gov.br)

**Telefone:** (96) 981130508

## COLABORADORES

---

**Nome:** Maria José Souza de Almeida

**Função:** Educador Penitenciário

**Local de lotação:** UNITRAP

**Email:** [historiademaria6@gmail.com](mailto:historiademaria6@gmail.com)

**Telefone:** (96) 98132-2250

**Nome:** Sérgio Luiz Mendonça Gomes

**Função:** Policial Penal

**Local de lotação:** COPLAN

**Email:** [coplan@iapen.ap.gov.br](mailto:coplan@iapen.ap.gov.br)

**Telefone:** (96) 991561679

---

**Nome:** Jucelino Fernandes de Souza

**Função:** Educador Penitenciário

**Local de lotação:** UNITRAP

**Email:** [jjucellino@gmail.com](mailto:jjucellino@gmail.com)

**Telefone:** (96) 981448654

---

## 1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN) apresenta o seu Plano Estadual de Trabalho no Sistema Penal para o período de 2024 a 2026. Este documento é o resultado do esforço contínuo da instituição em direção à transformação de seu cenário e à busca de uma gestão penitenciária mais eficiente, responsável e humanizada.

Desde a fundação da Vila de São José com a construção da Fortaleza de São José, que serviu tanto como forte de defesa quanto como prisão, já se estabeleciam os primeiros alicerces do sistema penitenciário amapaense.

Ao longo dos anos o sistema evoluiu adaptou-se às diferentes realidades sociais e políticas do estado. Em meados da década de 1960, a necessidade de um novo presídio se tornou evidente, impulsionando a construção de novas unidades prisionais.

Um marco importante na história do sistema penitenciário do Amapá ocorreu em 2001. Através de uma reorganização administrativa, o Complexo Penitenciário do Amapá foi transformado em autarquia, dando origem ao Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá (IAPEN). Essa mudança trouxe consigo uma nova estrutura organizacional e a criação de novos cargos e funções, visando aprimorar a gestão do sistema penitenciário.

O IAPEN enfrentou, ao longo de sua história, desafios decorrentes da ausência de um planejamento estratégico. Durante anos, a instituição operou de forma reativa, sem uma visão de longo prazo. Essa falta de direcionamento estratégico impactou nossa capacidade de operacionalizar caminhos que conduzissem a concisa ressocialização dos custodiados, garantir a segurança da sociedade e respeitar os direitos humanos.

### 1.1. HISTÓRICO DO TRABALHO PRISIONAL

No estado do Amapá, as atividades laborativas de pessoas privadas de liberdade iniciou - se com a necessidade de manter serviços essenciais dentro das unidades prisionais, tanto para atender a demanda administrativa no que concerne a

manutenção e higiene, quanto para atender as pessoas em cárcere. A política de trabalho dentro do sistema penal do Amapá é promovida pela Unidade de Trabalho e Produção UNITRAP, unidade responsável por promover a seleção e inclusão de custodiados do regime Fechado e colabora com o regime Semiaberto recebendo e arquivando as folhas de ponto dos custodiados que servem de parâmetro para a confecção da certidão do período trabalhado, conforme suas aptidões em atividades laborais dentro das unidades penais, do extra muro e projetos parceiros. Em relação ao trabalho externo a Coordenadoria da Colônia Penal COLPE através da Unidade de Instrução, Processamento e Fiscalização de Concessão de Trabalho Externo UNIFITE possuem 158 internos em concessionária de trabalho externo monitorados e com uma demanda de 20 (vinte) pedidos mensais de análise para o trabalho externo. A COLPE através do Conselho da Comunidade e do regime harmonizado possuem 117 custodiados inseridos em regime de trabalho e 64 inseridos no trabalho interno que atende a demanda das dependências da COLPE.

Unidade de Assistência Escolar e Profissionalizante UNAEP através de parcerias com instituições que promovem cursos objetivando a profissionalização, nos últimos anos, tem sido a principal norteadora para a realização de cursos e capacitação profissional.

O IAPEN tem promovido parcerias com secretarias do Estado, Prefeituras - projetos “Transformando vidas” e “Liberdade Cidadania” - órgãos do judiciário e empresas da iniciativa privada. A secretaria de Transporte - SETRAP emprega **47** internos do regime semiaberto, a prefeitura de Macapá através da ZELADORIA emprega **17** internos do regime semiaberto, a prefeitura de Santana emprega 100 internos do regime semiaberto, através do projeto “Transformando vidas”, o TJAP emprega 1 interno em livramento condicional, a empresa BOSQUE EMPREEDIMENTO emprega 08 internos do regime fechado, a empresa COZINHA GOURMET ERIRELI emprega 04 internos do regime fechado. Os apenados inseridos nas atividades laborais podem receber o benefício de remissão de pena e remuneração.

Uma ferramenta que contribui para a geração de empregos no sistema penal do Amapá chama-se Conselho da Comunidade na Execução Penal, órgão da Vara de Execução Penal, responsável por intermediar as empresas interessadas e o IAPEN. O CCEP garante que os custodiados selecionados para as vagas de trabalho recebam atendimento especializado de equipe multidisciplinar, capacitação, treinamento e remuneração.

O Escritório Social de Macapá (E.SOCIAL), inaugurado em 28.01.2021, equipamento público consolidado a partir do Termo de Cooperação Técnica nº 005/2020 entre Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e poderes Executivo e Judiciário do Estado do Amapá (Tribunal de Justiça do Amapá - TJAP), desenvolve trabalho voltado para a “Política Nacional de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional”, somada à Resolução CNJ nº 307/2019, que instituiu a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário e desde 2023, ao Decreto nº 11.843, que regulamenta a assistência à pessoa e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional. De iniciativa do Poder Judiciário, o E. SOCIAL vincula-se a Vara de Execuções Penais (VEP) da Comarca de Macapá.

É o equipamento público projetado para atender, acolher e encaminhar egressos e seus familiares para as políticas públicas existentes, auxiliar os estabelecimentos prisionais no processo de preparação das pessoas pré-egressas para a liberdade e mobilizar e articular as redes de políticas públicas e sociais para a garantia de direitos. Durante sua atuação, em 2022 a 2023, foram realizados:

238 (duzentos e trinta e oito) encaminhamentos de **Trabalho e geração de renda**: para inserção produtiva ao Conselho da Comunidade de Execução Penal; para cadastro a vagas de emprego, cursos de capacitação, elaboração de curriculum e oficinas ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Casa do Trabalhador (CTA); aferição de habilidades manualistas e artesanais na Casa do Artesão; todos da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo (SETE); potencialidades do atendido quanto às suas habilidades e experiências profissionais.

214 (duzentos e quatorze) encaminhamentos de **Qualificação Profissional**, encaminhamentos para Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), Banco do Brasil e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para pré-inscrição, inscrição, envio de link de inscrição via Google forms, divulgação, suporte e acompanhamento pedagógico, solicitação de passe escolar e vale transporte dos cursos de Vendedor, Pintor de Obras, Gesseiro, Tortas e Bolos, Relações Humanas, Auxiliar Administrativo, Operador de Telemarketing, Atendimento Eficaz ao Cliente, Auxiliar de Serviços Gerais, Cozinha Industrial, Cabeleireiro, Elétrica e Hidráulica e Relações Humanas. Outrossim, ativação de canal de comunicação através de WhatsApp com os cursistas.

## 1.2. POPULAÇÃO PRISIONAL E DADOS DO TRABALHO

REGIMES/MEDIDAS	QUANTIDADE ATUAL	QUANTIDADE ATUAL EM ATIVIDADES LABORAIS	QUANTOS REMUNERADOS?
Fechado	1400	178	26
Provisório	750	24	0
Semiaberto	596	240	180
Aberto	2144	1715	-
Alternativas penais	Em fase de implementação		
Monitoração eletrônica	786	61	-
Medida de segurança	15	04	-
Egresso atendidos pelo E. SOCIAL	621	39	-

## 1.3. UNIDADES PENAIS

Atualmente, o Estado conta com 07 unidades prisionais físicas sendo 06 no município de Macapá e um centro de custódia no município de Oiapoque, além de uma unidade de monitoramento eletrônico, um escritório social e uma APAC. Das 07 unidades físicas, 06 presídios masculinos, uma penitenciária feminina, um hospital de custódia e uma unidade de segurança média.

## 1.4. EIXOS DE ATUAÇÃO PARA O FOMENTO DA POLÍTICA DO TRABALHO

O instituto de Administração Penitenciária atua em diversos eixos para fomentar a política de trabalho no Sistema Prisional. Esses eixos incluem: Parcerias com a iniciativa privada (trabalho interno ou externo); parcerias com municípios (trabalho externo); parcerias com órgãos estaduais (trabalho externo); oficinas



próprias e a utilização da mão de obra de apenados para manutenção e conservação da própria unidade prisional.

Atualmente, o instituto possui parceria com o Conselho da Comunidade na Execução Penal que firma parceria entre empresas dos municípios de Macapá e Santana e diversos órgãos estaduais.

#### 1.5. SOBRE SEGURANÇA OCUPACIONAL E TRABALHO DECENTE

A segurança ocupacional deve ser prioridade de maneira a garantir a qualidade ergonômica das pessoas privadas de liberdade inseridas em atividades laborativas remuneradas e não remuneradas.

A instituição buscará ofertar os equipamentos de proteção individual para os apenados em atividade laboral quando no desenvolvimento de trabalho interno. A Unidade de Trabalho e Produção designará servidor para a fiscalização do trabalho interno para fins de garantir a segurança dos trabalhadores deste sistema prisional.

#### 1.6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS EGRESSAS ATENDIDAS PELO ESCRITÓRIO SOCIAL

No âmbito do Sistema Prisional, há o Convênio Federal IAPEN/PATRONATO EDUCA: Qualificação Profissional para Inserção de Pessoas Egressas do Sistema Prisional Amapaense e seus familiares no mercado de trabalho, entre Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN), Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e Vara de Execuções Penais de Macapá, através do Escritório Social. A execução dos cursos teve início em 2023 e está em andamento em 2024:

- |  |
|--|
| 01. Curso Design de Sobrancelha com Henna, na formação de Limpeza de pele e Aplicação de henna; carga horária 20h/a, em 2023; 20 cursistas; junto ao SENAC.  |
| 02. Design de Sobrancelha e Embelezamento de Cílios, na formação de realizar aplicação de cílios postiços, desenho e embelezamento de sobrancelhas, através de recursos e técnicas de correção, aplicando os conhecimentos e respeitando o estilo pessoal e as tendências da moda; carga horária 20h/a, em 2023; 20 cursistas; junto ao SENAC. |
| 03. Depilador, na capacitação para a realização da depilação facial e corporal, utilizando técnicas e produtos adequados, com o objetivo de satisfazer as condições  |

de higiene, saúde e bem-estar do cliente, conhecimentos sobre anatomia e fisiologia do pelo e da pele; carga horária 160h/a, em 2024; 20 cursistas; junto ao SENAC.

04. Eletricista em Instalações Prediais, no treinamento sobre sistemas elétricos em edifícios. Princípios básicos de eletricidade, leitura de plantas elétricas, identificação e uso de materiais e ferramentas, instalação de fiação elétrica, dispositivos de iluminação, tomadas em interruptores; carga-horária 264h/a, em 2024; 25 cursistas; junto ao SENAI; Turma Macapá. (agosto/2024)

05. Eletricista em Instalações Prediais, no treinamento sobre sistemas elétricos em edifícios. Princípios básicos de eletricidade, leitura de plantas elétricas, identificação e uso de materiais e ferramentas, instalação de fiação elétrica, dispositivos de iluminação, tomadas em interruptores; carga-horária 264h/a, em 2024; 25 cursistas; junto ao SENAI; Turma Santana. (agosto/2024)

## 1.7. REDE PARCEIRA

O Instituto de Administração Penitenciária do Amapá promove parcerias através convênios, acordos e termos de cooperação com instituições como por exemplo: Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Prefeituras, Universidades, Secretarias, empresas privadas e Organizações não governamentais e a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

## 1.8. DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE TRABALHO.

A complexidade do sistema penal e a implementação de políticas de trabalho é um desafio global, e o Amapá não é exceção. Diversos fatores interligados contribuem para as dificuldades encontradas nesse processo.

### PRINCIPAIS BARREIRAS:

#### **I. Visão tradicional do sistema prisional:**

- **Punição em detrimento da reinserção social:** Historicamente, o sistema penal brasileiro tem sido marcado por uma visão punitiva, com a ressocialização sendo tratada como um objetivo irrelevante. Essa concepção dificulta a implementação de políticas que valorizem o trabalho como ferramenta de transformação.
- **Falta de investimento em programas:** A priorização da segurança em detrimento de programas de ressocialização, como o trabalho, leva a uma alocação insuficiente de recursos financeiros e humanos.
- **Falta de divulgação sobre os benefícios sociais acerca do trabalho em ambiente prisional:** Os empresários e demais instituições desconhecem as vantagens financeiras e sociais para uma empresa quando investe na política de trabalho do sistema prisional.

## **II. Infraestrutura precária:**

- **Classificação Individualizada de Privados de Liberdade:** As unidades prisionais amapaenses, em sua maioria, não possuem mecanismos de classificação, a exemplo de outros estados que possuem as comissões técnicas de classificação - CTC, o que dificulta a oferta de atividades laborais.
- **Falta de equipamentos e ferramentas**
- O instituto não possui uma política de aquisição e manutenção de equipamentos próprios para a viabilização de produções internas e a absorção de mão de obra carcerária.

## **III. Falta de qualificação profissional:**

- **Deficiência na formação dos servidores:** Falta de disciplinas específicas nos cursos de formação que demonstrem a importância do trabalho na reintegração social, isso dificulta a implementação das políticas de trabalho e ajuda na redução dos índices de reincidência e desmobiliza as organizações criminosas influenciando positivamente para a redução da criminalidade e a paz social.
- **Dificuldade em encontrar vagas de trabalho para egressos**

## **IV. Estigma social**

A manifestação dos setores com interesse em contratar mão de obra de egressos é inexpressiva.

#### **V. Falta de Legislação:**

- **Falta de clareza nas normas:** Ausência de normatização que trata o trabalho prisional é complexa e fragmentada, o que gera insegurança jurídica e dificulta a implementação de políticas consistentes.
- 

#### **OUTRAS BARREIRAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS:**

- **Falta de articulação entre os diferentes atores:** A falta de coordenação entre os diferentes atores envolvidos na implementação de políticas de trabalho, como: governo, prefeituras, secretarias de estado, o sistema prisional, empresas e sociedade civil, pode gerar conflitos e atrasos na execução das atividades.
- **Questões relacionadas à segurança:** A preocupação com a segurança dentro das unidades prisionais pode limitar a oferta de atividades laborais e a participação dos detentos em programas de trabalho.
- **Falta de dados e indicadores:** A ausência de dados e indicadores confiáveis dificulta a avaliação da efetividade das políticas de trabalho e a identificação de áreas para melhoria.

#### **1.9. NORMATIVAS VIGENTES ACERCA DA POLÍTICA DO TRABALHO**

As referências legais para elaboração do Plano são:

- Lei nº 7.210/1984 – Institui a Lei de Execução Penal (LEP);
- Plano Estratégico do IAPEN 2024 -2027;
- RESOLUÇÃO N. 488, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023 - Institui a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências;
- PORTARIA Nº 034/2022-VEP - Altera a Portaria nº 006/2019, que regulamenta e disciplina a forma de remuneração do trabalho prisional, os encargos para pagamento das despesas realizadas com a manutenção dos condenados,

previstas no art. 29, § 1º, “d” da Lei 7.210/84, a sua prestação de contas e dá outras providências

- Decreto 9.450/2018 - Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional;
- Portaria Interministerial nº 3, de 11 de setembro de 2018 - Dispõe sobre o procedimento de contratação de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, em atendimento ao disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº. 9.450, de 24 de julho de 2018, bem como sobre a fiscalização de seu cumprimento.

## 2. OBJETIVOS DO PLANO

Aumentar as parcerias com instituições públicas e privadas para criar e/ou ampliar a inserção de pessoas PRIVADAS DE LIBERDADE de diversos regimes e medidas em atividades laborais;

Incentivar programas ou projetos de preparação para a vida em liberdade, como cursos profissionalizantes;

Ampliar o trabalho remunerado para a população prisional;

Estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil para promover a reintegração social;

Instrumentalizar ferramentas e tecnologias para melhorar a gestão da unidade de trabalho;

Impulsionar a comercialização dos produtos produzidos por internos nas oficinas de trabalho;

Adquirir máquinas e equipamentos para a efetivação de projetos de produção;

Reduzir a ociosidade de apenados em regime fechado e ampliar as parcerias com instituições públicas e privadas para egressos.

## 3. AÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO, POR EIXOS:

A equipe técnica da Unidade de Trabalho e Produção - UNITRAP, com apoio e suporte dos demais setores do Instituto de Administração Penitenciária, deverá dar

andamento às seguintes ações de aprimoramento do trabalho prisional no sistema penal amapaense:

<b>GESTÃO</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Escassez de recursos humanos	Articular com a coordenadoria de Tratamento penal, remanejamento de 05 servidores para a Unidade de Trabalho e Produção/UNITRAP	2025	Coordenadoria de Tratamento Penal	Administração Prisional e Governo e Secretarias de Estado e outros
Falta de legislação específica para política do trabalho	Elaborar minuta de projeto de lei que vincule a contratação de pessoas dos diversos regimes e medidas nos contratos de prestação de serviços terceirizados e obras públicas no Estado	2025	Secretaria de Administração IAPEN/AP Assembleia Legislativa do Estado	NÃO SE APLICA
Comissão Técnica de Classificação	Propor a criação da CTC para regulamentar a seleção dos internos	2025	Coordenadoria de Tratamento Penal	Fundo Penitenciário Estadual Tesouro Estadual e outros
Problemas com rede elétrica para receber os kits oficinas de trabalho SENAPPEN	Propor a direção do Instituto prioridade na resolução da baixa qualidade de energia da unidade UPPJE	2025	IAPEN	Tesouro Estadual, SENAPPEN, Judiciário e outros

<b>PROJETOS NACIONAIS</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Projeto Dignidade Menstrual	Implementação na Penitenciária Feminina COPEF Aquisição de insumos Certificação por órgãos competentes	2025	SENAPPEN UPPJE UNITRAP	SENAPPEN IAPEN e outros
Projeto Malharia Social	Implementação na Unidade Penal Policial José Eder Aquisição de insumos Fabricação de uniforme para custodiados do IAPEN	2025	SENAPPEN UPPJE UNITRAP	SENAPPEN IAPEN e outros
Projeto Cidade Digna	Implementação na COLPE/ANEXO Aquisição de insumos Fabricação de blocos de concreto	2025	SENAPPEN UPPJE UNITRAP	SENAPPEN IAPEN e outros

<b>ESTRUTURA FÍSICA</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Falta de espaço adequado para	Construções de Galpões multiuso para as oficinas de trabalho	2025	Núcleo de Engenharia e Arquitetura.	SENAPPEN FUNPEN CCEP

oficinas de trabalho.				e outros
-----------------------	--	--	--	----------

<b>GRUPOS DE VULNERABILIDADE ACRESCIDA</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Falta de diagnóstico das demandas do grupo de vulnerabilidade	Elaborar diagnóstico das demandas junto às Unidades Penais e à Comissão Técnica de Classificação relacionadas aos grupos de vulnerabilidade	2025	CEP COTRAP GEINF	NÃO SE APLICA
Falta de vagas de trabalho para o Público idoso	Inserir no mínimo 20 presos idosos do regime fechado em atividades laborais na Unidade Cadeião	2025	UNITRAP	IAPEN SENAPPEN, SIMS/SETE e outros
Mulheres	Inserir no mínimo 20 mulheres dos regimes fechado e semiaberto em atividade laborais eficientes para as presas da unidade Feminina COPEF	2025	UNITRAP	SEPM/SETE/SI MS/SENAPPEN IAPEN/TJAP e Outros



<b>QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Baixa quantidade de cursos profissionalizantes	Propor parcerias com instituições de ensino profissionalizantes públicas ou privadas. No mínimo 02 turmas de 20 alunos nos cursos de Mecânica de refrigeração e Eletricista predial e outros para os internos dos regimes Fechado e Semiaberto das unidades penais CADEIÃO e COLPE, respectivamente.	2025	UNAEP UNITRAP	SENAPPEN FUNPEN  SETE/SEJUV/ SEPM/SENAI/ SENAC/SENA ST OUTROS

<b>SEGURANÇA OCUPACIONAL E TRABALHO DECENTE</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Baixa quantidade de equipamento de proteção individual ao trabalho.	Articular a abertura de processo de aquisição de Epi's para atender os	2025	COMISSÃO DE COMPRAS	SETE SENAI IAPEN SENAPPEN E outros

	trabalhadores em exercício			
Ausência de regulamentação das Oficinas de atividades laborais	Elaborar e propor minuta de regulamentação das oficinas de trabalho	2025	UNITRAP	NÃO SE APLICA

<b>EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL</b>	<b>Ação</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Pessoas e/ou Entidades envolvidas</b>	<b>Principal fonte de financiamento</b>
Qualificação insuficiente dos servidores envolvidos	Propor o intercâmbio com outros Estados	2025	Coordenadoria de Planejamento	IAPEN SENAPPEN e outros
Complexidade inerente do processo licitatório	Propor a melhoria do fluxo dos processos licitatórios para fomento da política de trabalho prisional	2025	Coordenadoria de Planejamento	<b>NÃO SE APLICA</b>
Carência de sensibilização acerca da importância do PROCAP	Promover a sensibilização dos envolvidos na política do trabalho acerca da importância do PROCAP	2025	Coordenadoria de Planejamento e Coordenadoria da Escola de Administração Penitenciária	<b>NÃO SE APLICA</b>

#### 4. INDICADORES E METAS

Indicador	Meta
Nº de pessoas em atividades laborais	<b>- Aumentar em 50% o número de pessoas em atividades laborais.</b>  Atualmente população geral 2024: <b>490</b>  Meta população geral 2025: <b>735</b>  Meta população geral 2026: <b>980</b>
Nº de espaços/galpões	<b>- Construir 03 galpões para atividades laborais até 2026, sendo 02 na Unidade Cadeião e 01 na Unidade Colpe/Anexo.</b>  Atualmente: o IAPEN não possui nenhum galpão.

#### 5. LIMITAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

As principais limitações a efetivação deste Plano Estadual de Trabalho e renda encontram-se na falta de sensibilização do empresariado local quanto às vantagens de investimento em ambiente prisional, a limitação de recursos humanos e financeiros para impulsionamento dos processos produtivos, assim como a dificuldades de articulação entre as secretarias estaduais, sistema S e possíveis parceiros.

Observado todas as problemáticas e limitações há a necessidade de conscientização das forças de segurança que o trabalho e a qualificação profissional podem ser um diferencial na política eficaz de segurança pública pois oportuniza a mudança ao preso, entrega a este a oportunidade de fazer diferente e viver com dignidade diminuindo os índices de reincidência penal.

#### 6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O monitoramento e a avaliação do plano serão realizados de forma integrada entre SENAPPEN, as Coordenadorias e unidades do IAPEN e as instituições parceiras, através de encontros e reuniões para acompanhamento das metas, autoavaliação participativa de cada instituição envolvido na meta, mapeamento e divulgação de experiências exitosas por meio de mídias sociais e sistemas de comunicação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano buscou fazer levantamentos das ações implementadas nos últimos anos e apontar possíveis falhas com o intuito de alcançar direções concretas orientando correções no processo para execução, monitoramento e constância do trabalho prisional.

As análises revelaram limites e possibilidades enfrentadas pela instituição ao longo da história do sistema prisional do Amapá, expressos nas diversas tentativas de superar problemas como a ociosidade, superlotação e violência no cárcere. Nesse sentido, o trabalho prisional demonstra ser uma solução para os problemas do sistema prisional do Estado e da segurança pública do estado do Amapá.

O trabalho prisional como meio de profissionalização contribui para a reintegração social e para o sistema de segurança pública como medida eficaz e efetiva para a redução dos índices de reincidência penal. Na medida em que os apenados encontram no trabalho condições que permitam a busca de equilíbrio necessário ao retornar para o convívio social, a luz desse entendimento, observou-se que é evidente a concepção que o trabalho também é capaz de dignificar o homem, como uma maneira de trazer a honra e a decência.

É relevante ressaltar a grande procura de trabalho por apenados que declaram importante o trabalho na penitenciária por proporcionar uma saída para deixar o ócio, ocupação da mente e ajudar no caminho da liberdade.

Portanto, é importante enfatizar que o preso inserido nas políticas de trabalho e profissionalização dentro do sistema prisional tem em suas mãos uma oportunidade de mudança, assim como meios de buscar uma renda para si e sua família. O trabalho em si incute valores ao homem, traz estabilidade a vida deste e traz para a condições para a diminuição dos índices de criminalidade.